

# **POLÍTICA DE COTAS PARA ESTUDANTES NEGROS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM OLHAR SOBRE AS PRODUÇÕES.**

**Joelma Inês Evangelista<sup>1</sup>**

joelma\_ines@hotmail.com

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Agência financiadora: CNPq

## **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo fazer um levantamento e análise das produções que discorrem sobre a política de cotas para negros na educação superior, este ensaio faz parte do início da pesquisa de mestrado para a elaboração da dissertação que tem como tema: O perfil socioeconômico do estudante cotista negro nas Universidades Federais de Mato Grosso do Sul. Portanto fazer um levantamento das produções realizadas é um dos caminhos para que o pesquisador elucide suas idéias e conheça teoricamente quais as metodologias e paradigmas que outros pesquisadores vêm utilizando bem como a ideologia que tange a cerca da política de cotas para negros. Esta pesquisa será realizada a partir da revisão bibliográfica de dissertações e teses disponíveis em bancos de dados de pesquisas científicas. Após análise das teses e dissertações pode-se constatar que as pesquisas sobre a política de cotas apresentam críticas ao mito da democracia racial constatando-o como um atraso para a aprovação de políticas públicas para negros no Brasil, as pesquisas trazem aspectos relevantes da ação do movimento negro, a reafirmação e pertencimento da população negra nas últimas décadas, observa-se também um crescimento do número de pesquisas que envolvem essa temática após a aprovação da Lei nº 12.711/2012.

**Palavras-chaves:** Política de cotas; Pesquisas, Negros

## **Introdução**

As políticas de cotas na educação superior foram instituídas no Brasil a partir do início do século XXI, precisamente no ano de 2002 quando algumas instituições como a Universidade do Estado Bahia- UNEB, Universidade de Brasília-UNB, Universidade Federal da Bahia-UFBA, Universidade Estadual do Rio de Janeiro- UERJ e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul- UEMS passaram a reservar um percentual de vagas nos processos seletivos de seus cursos de graduação para estudantes que apresentavam dificuldades de acesso devido as suas condições históricas, econômicas e sociais (CORDEIRO, 2017, p.28)

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, graduada em história pela Faculdades Integradas de Cassilândia, membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas de Educação Superior- Mariluce Bittar GEPPE/MB.

A partir do ano de 2012 com a criação da Lei nº 12.711 que tange sobre o acesso de estudantes na educação superior com recorte social para estudantes de escolas públicas e étnico para pretos, pardos e indígenas, acrescentando á essa política pública pessoas com deficiência em 2016 por meio da Lei nº 13.409, as pesquisas sobre a política de cotas passaram a ser discutidas com maior ênfase nos cursos de pós-graduação do país desde a criação da Lei.

A escolha de realizar um balanço de produção sobre a política de cotas se justifica devido à pesquisa de mestrado que tem como lócus traçar o perfil socioeconômico do estudante cotista negro das Universidades Federais do estado de Mato Grosso do Sul, com o objetivo de compreender como o perfil socioeconômico destes estudantes interfere ou não na permanência e conclusão do curso de graduação, sendo necessário, portanto conhecer o que os pesquisadores vêm discutindo sobre o acesso dos estudantes negros nas universidades públicas brasileiras por meio das cotas.

É importante salientar sobre a política de cotas e as Ações Afirmativas- AAs que elas não consistem apenas em ações para a população negra, mas sim, que ambas contemplam grupos que necessitam de políticas públicas, tendo como tentativa a minimização das desigualdades sofridas ao longo do processo histórico por fatores diversos como sociais, políticos e econômicos. No entanto, a pesquisa ao qual este balanço de produção se destina traz como recorte a etnia negra, portanto, as dissertações e teses escolhidas para análise discorrem com foco neste grupo específico.

Assim a partir deste balanço de produção pretende-se observar como têm sido desenvolvidos nas pesquisas as metodologias e as ideologias sobre a política de cotas, sendo este tipo de pesquisa essencial para o desenvolvimento da dissertação segundo Mocheuti.

O balanço de produção pode ser considerado como um procedimento inicial da pesquisa científica a fim de que metodologicamente, a autora do estudo se aproxime, investigue e conheça a temática ou fenômeno estudado. Faz-se relevante porque colabora com a familiarização e seleção das produções que poderão subsidiar a futura pesquisa e, conseqüentemente, um melhor desenvolvimento de conceitos e paradigmas para a dissertação de mestrado. (MOCHEUTI, 2017, p.01)

Para Gatti “pesquisar implica na utilização de métodos específicos, preocupação com a validade, rigor, consistência metodológica e preocupação com a construção de novos conhecimentos” (GATTI, 2006, p.26), sendo a leitura e análise de artigos, dissertações e teses uma forma de adquirir conhecimento não só sobre o objeto de estudo, mas também sobre as teorias que as pesquisas utilizam e como a partir delas os autores fazem as leituras de seus objetos.

Cabe salientar que “o diálogo dos pesquisadores com o autor e bibliografias precisa pautar-se mais pela dúvida e discussão, pela postura crítica e ampliadora e não apenas pela reprodução e aceitação” (Ibid., p.33). A autora destaca a importância de autor ter um embasamento teórico e saber posicionar-se criticamente diante das produções, para que não apenas reproduza conhecimentos e sim proporcione a construção de um novo produto.

## **Objetivos**

Os objetivos para a realização deste balanço de produção e que buscam elucidar a temática para a pesquisa de dissertação são:

1. Realizar um balanço das produções que possuem como temática a política de cotas;
2. Analisar como as pesquisas sobre a política de cotas vêm sendo discutidas;
3. Compreender quais os paradigmas e referenciais metodológicos que permeiam as políticas de cotas.

## **Metodologia**

Este artigo tem como metodologia a análise bibliográfica de pesquisas que discorrem sobre a política de cotas. Para a realização dessa pesquisa será utilizado apenas dissertações e teses, com objetivo de analisar o que já existe de produção a cerca da política de cotas, deixando os artigos encontrados para uma segunda discussão devido ao grande número de periódicos encontrados. As produções foram buscadas nas seguintes bases de dados: Banco Digital de Teses e Dissertações – BDTD; Plataforma Oasis-br, o critério de escolha para a busca nessas bases de dados teve como objetivo abranger pesquisas de caráter nacional.

A busca pelas dissertações e teses foi a partir dos descritores Políticas de Cotas e Ação Afirmativa, sendo utilizados filtros de caráter:

- Temporal: apenas produções realizadas a partir do ano de 2003 e produções realizadas a partir de 2012. Sendo o primeiro ano escolhido devido o início das instituições de cotas nas universidades do Brasil e o segundo devido à aprovação da Lei nº 12.711/2012, onde se encontram o maior número de pesquisas sobre a temática. Com o objetivo de analisar como as produções sobre cotas eram discutidas antes e depois da lei ser sancionada.
- Étnico-racial: apenas produções que discorressem sobre a população negra (pessoas autodeclaradas pretas segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE), sendo a etnia o recorte da dissertação de mestrado ao qual esse

balanço de produção busca elucidar.

Com a finalidade de facilitar a compreensão dos produtos encontrados apresentaremos quadros com o panorama das produções encontradas segundo as bases de dados pesquisadas.

### Resultados encontrados nos bancos de dados

#### a) Pesquisa no banco de dados Oasis-br

Foi encontrado um total de total de: 171 resultados gerais, a partir do ano de 2012 entre dissertações e teses, das quais selecionei 6 produções, após refinamento de acordo com: título, resumo, relação com a política de cotas no âmbito geral/ nacional. As pesquisas sobre a política de cotas em sua maioria são produções de programa de pós-graduação em educação, educação especial, direito, ciências sociais, ciências políticas e ciência da informação. Entre as instituições destacam-se: UNB com 118 pesquisas, Universidade Federal de São Carlos-UFSCAR 16 com pesquisas, Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC com 4, outras instituições com apenas com 2/1 pesquisas na área.

**Quadro 1: Produções destacadas no banco de dados Oasis-br**

Autor e Instituição	Título	Ano e tipo de produção
ALMEIDA, Thaiana Bitti de Oliveira/UFPA.	Ações afirmativas: a constitucionalidade da política de cotas para negros em universidades brasileiras.	2013 – Dissertação
OLIVEIRA, Juliana Augusto de Nonato/UFSCAR.	Estudantes negros ingressantes na universidade por meio de reserva de vagas: um estudo sobre processos educativos de construção de identidade negra e pertencimento étnico-racial no ensino superior.	2013- Dissertação
OLIVEIRA, Fernando Cezar Melo/UNB.	Sistema de cotas raciais à brasileira: uma análise linguístico-discursiva.	2016- Tese
VIDIGAL, Robert Lee Borges de Paula/UNB.	Opinião pública sobre ações afirmativas: efeitos do afeto racial, estratificação social, predisposições políticas e conhecimento político na visão dos brancos.	2016- Dissertação
LIMA, Renata Monteiro/UNB.	Negro entre aspas: revisitando o debate sobre ação afirmativa no Brasil.	2017- Dissertação
SILVA, Vanessa Patrícia Machado/UNB.	O processo de formação da Lei de Cotas e o racismo institucional no Brasil.	2017- Dissertação

Fonte: Organizada pela autora a partir da base de dados Oasis-br

## b) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

Foram encontrados 224 documentos entre teses e dissertações, sendo eles 137 pesquisas da UNB, 43 pesquisas UFSCAR, 5 pesquisas da Universidade de São Paulo-USP, 4 pesquisas da Pontífica Universidade Católica de Goiás-PUC-GO, 3 pesquisas da Fundação Getúlio Vargas-FGV, 2/1 pesquisas de outras instituições. Dentre os principais programas de pós graduação que possuem pesquisas com o tema destacam-se: programas de pós graduação em educação, em ciências políticas, em educação especial, em ciências políticas e lingüística. Sendo escolhidas 6 produções para análise.

**Quadro 2: Produções destacadas na base de dados BDTD**

Autor e Instituição	Título	Ano e tipo de produção
PEREIRA, Jorge Alberto Saboya/UFRJ.	Ações afirmativas nas universidades públicas: aportes necessários ao debate da política de cotas	2009- Tese
ARAÚJO, Ionete Eunice de/UNB.	Análise socioeconômica das qualidades de cotas para negros na Universidade de Brasília.	2013- Dissertação
ARBACHE, Ana Paula Ribeiro Bastos/PUC-SP.	A política de cotas raciais na universidade pública brasileira: um desafio ético	2006- Tese
ALENCAR, Rafael Augusto da Costa/UNB.	Ações afirmativas no Brasil: um estudo de caso sobre o Estatuto da Igualdade Racial.	2010- Dissertação
CAVALCANTE, Cláudia Valente/PUC-GO.	Educação superior, política de cotas e jovens: das estratégias de acesso às perspectivas de futuro.	2014- Tese
UBIALI, Miliana Passarelli/UFSCAR.	Ideologia e política: a relação entre Estado e movimento social negro.	2004- Dissertação

Fonte: Organizado pela autora a partir da base de dados da BDTD.

### **Discussão acerca das dissertações e teses destacadas**

ALENCAR (2010) ressalta que o início da luta por ações afirmativas no Brasil está associado à Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as formas Correlatas de Intolerância- Conferencia de Durban, sendo a participação do Brasil em 2001 o início da defesa das ações afirmativas e o início de uma maior pressão por parte de militantes negros na defesa de AA.

O autor traz um breve retrospecto da participação do Brasil em movimentos étnico-raciais internacionais, onde em um deles o país apresentava como umas das justificativas para a falta de ações de combate ao racismo o seguinte argumento: “[...] na época o discurso oficial

era de que não existia discriminação racial, sendo, portanto, desnecessário a adoção de medidas previstas” (ALENCAR, 2010, p.7). Este discurso foi proferido em uma participação do Brasil na Conferência Internacional sobre todas as Formas de Eliminação das Discriminações Raciais em 1966, sendo para o autor, um dos fatores que acabam por atrasar medidas que viessem a amenizar as diferenças entre as etnias brasileiras mediante a fachada de uma nação que vivia “harmoniosamente” com suas diferenças raciais.

Para UBIALI (2004) essas análises da sociedade brasileira sobre o mito da democracia racial e o mito da cordialidade, “[...] acabaram por difundir uma visão de unidade não conflitante na qual indivíduos e grupos situados hierarquicamente na sociedade compartilham harmonicamente uma vida social” (Ibid., p.7). Fato este que complementa a ideia apresentada por Alencar, e que constituem-se como críticas a forma como o país é apresentado as outras nações, quando basta revisar historicamente a situação sociocultural do país desde o século XVI e principalmente nos anos finais do século XIX quando ocorreu a abolição da escravidão em 1888, ao observar a maneira como a população negra é deixada a margens da sociedade com as políticas imigrantistas e as teses de embranquecimento da população.

OLIVEIRA (2013) desenvolve sua pesquisa acerca da identidade negra e pertencimento étnico-racial e processos educativos oriundos da vivência universitária que contribuem ou prejudicam para a construção e fortalecimento dessa identidade. Em sua dissertação a autora salienta que a identidade negra tem sido formada muito antes do ingresso do jovem na universidade, seja em suas relações familiares, na escola ou em movimento de cunho racial e segundo a pesquisadora essa identidade se fortalece no seio universitário.

Ingressar na universidade por meio de políticas de ações afirmativas também é passar por uma reafirmação da condição de ser negro, da postura e do entendimento que tem de si próprio enquanto pessoa negra. O momento da inscrição no vestibular exige tomar uma posição, já que para ser contemplado por cotas raciais se declara preto ou pardo. (Ibid., p.61)

Por meio de entrevista Oliveira buscou discorrer sua pesquisa a partir de questionamentos com base: família, ancestralidade, corpo negro, postura política, escola pública e privada, universidade, racismo, discriminação, políticas de ações afirmativas, estudo da temática étnico-racial, convivência com pessoa negra.

A dissertação de ALMEIDA (2013) traz em suas considerações princípios de igualdade, dignidade humana, justiça e visão jurídica a cerca da constitucionalidade da política de cotas para negros nas universidades brasileiras.

A pesquisadora observa na dissertação que apenas a “[...] igualdade formal não foi suficiente para garantir direitos em face das discriminações existentes na sociedade” (Ibid.,

p.106) sendo necessária a intervenção do Estado por meio de medidas legislativas que se configuram em políticas públicas, “[...] o julgamento do Tribunal Superior Eleitoral, foi decisivo nos rumos das políticas de ações afirmativas voltadas á minoria, e mais especificamente, das cotas em universidades” (Ibid., p.107).

SILVA (2017) discorre sobre o processo da formação da lei de cotas relacionada ao conceito do mito da democracia racial e do conceito de racismo institucional, buscou “[...] identificar os acordos e as divergências, os conflitos, as parcerias, os embates e as alianças que foram sendo construídas para que fosse possível a existência dessa Lei” (Ibid., p.7), segundo a autora após análise tramitação da lei de cotas chegou à seguinte conclusão:

Com o passar do trâmite legislativo ficou evidente qual era o problema central na discussão do projeto a ausência do branco como ator central no processo. A tramitação da Lei de Cotas indica que é muito difícil para a elite política brasileira refletir, compreender, discutir e decidir sobre temática que inclua atores diversificados, temática que beneficie parcelas sociais distintas daquelas que sempre usufruem das benesses do Estado. (SILVA, 2017, p.158)

A autora indica que mesmo compreendendo o contexto de desigualdade social que assola o país, é difícil para a compreensão do poder legislativo aprovar políticas que beneficiem determinados grupos sociais e compreende os conceitos de promoção de igualdade universais como medidas insuficientes para promover a igualdade de acesso a todos.

OLIVEIRA (2016) buscou enfatizar em sua pesquisa por meio da análise discursiva quais são os discursos proferidos sobre conceitos étnico-raciais no Brasil, chegando à conclusão que os discursos proferidos positivamente sobre a miscigenação brasileira e a ausência de um conflito racial têm sido discutidos com maior frequência e deixado em evidência a necessidade criar políticas que a partir de diagnósticos amenizem as desigualdades sociais.

Segundo o autor “[...] são vários os discursos proferidos com o objetivo de tentar minar os alunos negros, por meio de expressões e posicionamentos ideológicos mitigadores da autoestima, do orgulho, tentando esvaziar-lhes o senso de pertencimento e dignidade humana”. (OLIVEIRA, 2016, p. 249) fato este que não foge da realidade da sociedade em que vivemos, para o pesquisador seria uma ingenuidade pensar que a educação superior estaria livre desses conceitos “[...] o campo acadêmico exerce forte poder na evolução tecnológica e gerencial de um país, pois ele ajuda a construir as bases daqueles que tomarão a frente das decisões governamentais, acirrando a luta pelo poder e a conquista por espaços hegemônicos”. (Ibid., p.249).

VIDIGAL (2016) elabora sua interpretação por meio dos discursos públicos, onde no início da implementação das políticas de ação afirmativa de cunho racial não eram consensuais, mas pode constatar que:

Os resultados mostram que maior conhecimento político aumenta o apoio às cotas raciais e organiza de maneira coerente as atitudes raciais individuais. Como também indicam que o afeto racial e as predisposições políticas continuam a ser parte dos determinantes das atitudes dos estudantes brancos contra as políticas de ações afirmativas. (Ibid., p.5)

O conhecimento político é para o autor uma ferramenta capaz de formar posicionamentos mais plausíveis com relação às políticas públicas, sendo ele responsável por aumentar o apoio as cotas e diminuir as tensões raciais (VIDIGAL, 2016)

Arbache utiliza o discurso dos estudantes autodeclarados pretos e pardos em sua pesquisa para discutir a implementação da política de cotas na UERJ mediante um posicionamento ético. Sua tese discorre sobre o início da implementação da AA no Rio de Janeiro no ano de 2003, assim como nas outras pesquisas decorrem argumentos como o mito da democracia racial, minimização de fraturas sociais. A autora enfatiza na perspectiva da Ética de Dussel a defesa da política de cotas na UERJ após denúncias da ausência ou da pouca presença de afrodescentes na instituição (ARBACHE, 2006).

Lima, revisita o debate sobre política de ação afirmativa de cunho racial no Brasil desde os debates iniciais, passando pelo momento de implementação e chegando a momentos atuais. O texto busca debater sobre como o negro foi colocado dentro do discurso da política de cotas. Sua pesquisa também traz apontamentos da imagem brasileira como símbolo da democracia racial, fato evidenciado nas outras produções como uma forma de deixar as margens os problemas raciais no país. (LIMA, 2017)

A pesquisadora Araújo traz as cotas em sua pesquisa por meio da análise socioeconômica da qualidade das cotas na Universidade de Brasília-UNB, de modo a entender como essa política contribuiu para a inclusão social de uma etnia que na história do Brasil foi discriminada e excluída. Em sua pesquisa observa o fato da implementação das cotas na UNB como um fator que incentivou o Governo Federal na formalização de políticas de AA e que após análise socioeconômica dos cotistas analisa como bom, o desempenho dos estudantes. (ARAÚJO, 2013)

CAVALCANTE (2014), em sua pesquisa busca compreender estratégias de acesso e permanência dos jovens cotistas, traz temáticas como direito humanos, ações afirmativas, redes de socialibilidade desses jovens. Sua pesquisa buscou entender como os jovens cotistas lidam com a permanência nos cursos e procuram traçar estratégias para seu futuro, uma das dificuldades apontadas pelos estudantes foi o fato de entrar no mundo universitário sem uma referência familiar, pois a maioria dos pais ou responsáveis dos entrevistados não completou o



ensino médio, a autora discute a criação de uma nova rede de sociabilidade por parte desses estudantes a partir da vivência universitária, sob a perspectiva teórica de Bourdieu.

Pereira traz em sua tese discussões que envolvem respeito, direito, democracia racial, a institucionalização das cotas nas universidades públicas brasileiras como uma forma de contribuir para a ampliação do acesso dos negros na educação superior. O autor trata a política de cotas como uma política pública que precisa ser pensada e discutida com frequência para que se consiga realmente uma efetividade em seus objetivos e compreendam também que a ação afirmativa por si só não consegue solucionar todos os problemas de desigualdade presentes no país, não apenas por razões históricas, mas por uma questão social. (PEREIRA, 2009)

### **Considerações finais**

De maneira geral as produções buscadas com os descritores política de cotas e ação afirmativa trazem em suas pesquisas o mito da democracia racial, que enfatiza a harmonia da miscigenação racial no Brasil, os pesquisadores tratam como uma forma de atraso ao reconhecimento do racismo e da discriminação impregnada na sociedade, concomitante com a necessidade de promover políticas públicas que possibilitem a minimização dessas fraturas geradas pelo preconceito com relação à cor da pele.

As dissertações e teses mais a partir de 2012 discorrem sobre a relação de pertencimento étnico devido à valorização recente dos fenótipos afrodescendentes, da luta do movimento negro pela criação de uma identidade que possibilite o reconhecimento dos povos afro-brasileiros.

A cerca da divisão temporal das pesquisas entre 2003-2012 e 2012-2017 pode-se observar que ambas discorrem em apoio à política de cotas na educação superior, tratam como uma forma de democratizar o acesso as universidades brasileiras, diante das diferenças presentes na sociedade brasileira seja por questões históricas ou de caráter social. Antes de 2012 as produções apontavam a necessidade da implementação da ação afirmativa nas universidades brasileiras, após 2012 apresentam discussões a cerca da institucionalização das cotas nas Instituições de Educação Superior- IES do Brasil, bem como tem ocorrido o acesso e permanência dos estudantes cotistas e as relações que eles estabelecem com os outros estudantes. Pode-se observar um crescimento do número de pesquisas após a aprovação da Lei nº 12.711/2012.

Das IES que concentram o maior número de produções sobre a temática pesquisada destacam-se a UnB e UFSCar. Uma das hipóteses que poderia explicar o volume de pesquisas concentradas na área seria o fato da UNB ser uma das primeiras universidades brasileiras a instituir as cotas para negros e estudos feitos pela professora Dra. Renísia Filice em entrevista ao G1 apontam que a universidade no ano de 2017 possuía 50,6% dos estudantes matriculados autodeclarados como negros. Já na UFSCAR a hipótese poderia estar relacionada ao Programa de Pós-Graduação em Educação possuir uma linha de pesquisa sobre Relações Étnico-Raciais e Educação e a existência ativa do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro (NEAB/UFSCAR).

É importante salientar ainda que após o levantamento de produções nas bases de dados ao utilizar os descritores política de cotas e ação afirmativa mesmo sem a utilização do termo negro ou afrodescendente nos descritores, à maior parte das dissertações e teses encontradas são a cerca da população negra, mesmo as cotas e as ações afirmativas beneficiando outros grupos, o que nos leva a refletir diante um vasto número de pesquisas e o fato do maior número delas estarem relacionados aos conceitos étnico-raciais que ainda estamos longe de superar as diferenças socialmente construídas ao longo dos anos.

### **Referências**

ALMEIDA, Thaiana Bitti de Oliveira. **Ações afirmativas: a constitucionalidade da política de cotas para negros em universidades brasileiras**. 2013. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Jurídicas, Belém, 2013. Programa de Pós-Graduação em Direito.

ALENCAR, Rafael Augusto da Costa. **Ações afirmativas no Brasil: um estudo de caso sobre o Estatuto da Igualdade Racial**. 2010. 117 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

ARAÚJO, Ionete Eunice de. **Análise socioeconômica das qualidades de cotas para negros na Universidade de Brasília**. 2013. 131 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia do Setor Público)-Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

ARBACHE, Ana Paula Ribeiro Bastos. **A política de cotas raciais na universidade pública brasileira: um desafio ético**. 2006. 281 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

CAVALCANTE, Cláudia Valente. **Educação superior, política de cotas e jovens: das estratégias de acesso às perspectivas de futuro**. 2014. 215 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÂNIA.

CORDEIRO, Ana Luisa Alves. **Políticas de Ação Afirmativa: Implicações na trajetória acadêmica e profissional de afro-brasileiros/as cotistas egressos/as da UEMS (2007-2014)**. Campo Grande/MS, 2017. 262p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco.

GATTI, Bernadete Angelina. **Pesquisar em educação: considerações sobre alguns pontos-chave.** Diálogo Educacional: tendências e perspectivas, Curitiba, v.6, n.19, p. 25-35, set/dez, 2006.

G1. **Cotas Raciais.** Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/cotas- raciais-15-anos-depois-professora-da-unb-faz-balanco-sobre-reserva-de-vagas.ghtml> Acesso em: 25 de junho de 2018.

LIMA, Renata Monteiro. **Negro entre aspas: revisitando o debate sobre ação afirmativa no Brasil.** 2017. 135 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

MOCHEUTI, Karina Nonato. **Balanço de produção sobre aprendizagem cooperativa e educação superior.** 38ª Reunião Nacional da ANPEd – GT11 - Política da Educação Superior. 01 a 05 de outubro de 2017 – UFMA – São Luís/MA .

OLIVEIRA, Juliana Augusta Nonato de. **Estudantes negros ingressantes na universidade por meio de reserva de vagas: um estudo sobre processos educativos de construção de identidade negra e pertencimento étnico-racial no ensino superior.** 2013. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

OLIVEIRA, Fernando Cezar Melo de. **Sistema de cotas raciais à brasileira: uma análise linguístico-discursiva.** 2016. 276 f., il. Tese (Doutorado em Linguística)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PEREIRA, Jorge Alberto Saboya. **Ações afirmativas nas universidades públicas: aportes necessários ao debate da política de cotas.** 2009. 400 f. Tese (Doutorado em Serviço Social)- Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

SILVA, Vanessa Patrícia Machado. **O processo de formação da Lei de Cotas e o racismo institucional no Brasil.** 2017. 213 f., il. Dissertação (Mestrado em Sociologia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

UBIALI, Miliana Passarelli. **Ideologia e política: a relação entre Estado e movimento social negro.** 2004. 230 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

VIDIGAL, Robert Lee Borges de Paula. **Opinião pública sobre ações afirmativas: efeitos do afeto racial, estratificação social, predisposições políticas e conhecimento político na visão dos brancos.** 2016. 86 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.